

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.356 - SP (2019/0355681-0)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : DENILSON DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : DENILSON DE OLIVEIRA - SP168666  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DAVI DE OLIVEIRA BALDUINO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de DAVI DE OLIVEIRA BALDUINO contra acórdão da Oitava Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC nº 2150446-20.2019.8.26.0000).

Extrai-se dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 299, 296, § 1º, inciso II, e 333, parágrafo único (duas vezes), do Código Penal.

O Ministério Público requereu a decretação da prisão preventiva do paciente, tendo o magistrado singular indeferido o pedido. Em sede de recurso em sentido estrito, o Tribunal estadual reverteu a decisão, determinando a custódia.

Posteriormente, a defesa pleiteou a revogação da prisão, tendo o magistrado singular indeferido o pedido.

Desse modo, a defesa impetrou a ordem originária. O *writ*, porém, não foi conhecido pela Corte *a quo*, que considerou que a impetração dirigia-se, em essência, contra a prisão decretada no bojo de recurso em sentido estrito, cujos fundamentos foram reportados pela decisão então impetrada. O acórdão recebeu a seguinte ementa (e-STJ fls. 63/67):

*Habeas Corpus - Pretensão de revogação da prisão preventiva ou concessão da liberdade provisória - Segregação da Paciente que decorre de v. Acórdão desta C. 8ª Câmara Criminal que, apreciando o Recurso em Sentido Estrito interposto pelo Ministério Público, deu parcial provimento para determinar a expedição de mandado de prisão em nome do Paciente -*

# Superior Tribunal de Justiça

*Competência para conhecer e decidir a questão é, s.m.j., do C. STJ - Inteligência do art. 663, do Código de Processo Penal go 105, I, “c”, da Constituição Federal - Impetração não conhecida - Indeferimento do processamento da ordem.*

No presente *writ*, a defesa reitera a alegação de ausência de contemporaneidade da prisão, destacando ainda as circunstâncias pessoais favoráveis do paciente. Afirma que a decisão que decretou a custódia se fundamentou em elementos abstratos. Ressalta o caráter excepcional da segregação cautelar.

Requer, em liminar e no mérito, a expedição de contramandado de prisão.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso, percebe-se que a impetração busca a revogação da prisão preventiva do paciente. Porém, o acórdão apontado como configurador do ato coator não examinou os fundamentos da segregação, uma vez que considerou que a Corte seria incompetente para rever seus próprios autos.

Por outro lado, a inicial não foi instruída nem com cópia do acórdão que julgou o recurso em sentido estrito, e que decretou a prisão, nem com a decisão do magistrado singular que posteriormente a manteve, o que inviabiliza o exame da matéria.

Verifica-se, portanto, duplo óbice ao conhecimento do pedido - de um lado, supressão de instância em relação à apreciação dos fundamentos da prisão, não conhecidos no *writ* combatido; de outro, deficiência da instrução do presente *habeas corpus*.

Ressalte-se que, como cediço, *cabe ao impetrante o escorreito aparelhamento do habeas corpus, bem como do recurso ordinário dele*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.* (AgRg no RHC 48.939/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 23/4/2015).

Ou seja, o *writ* não comporta conhecimento.

Diante do exposto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

